SEVEN publicações acadêmicas
EM PARCERIA COM: IEMS UNIASSELVI

BNCC na Educação Infantil: Caminhos para uma educação de qualidade

Jaqueline Flávia Rodrigues da Cunha França
Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidad Columbia del Paraguay
E-mail: jaque.rodriguesfranca@gmail.com

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os caminhos traçados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito da Educação Infantil, destacando suas diretrizes, fundamentos e implicações para a prática pedagógica. A BNCC representa um marco normativo na consolidação de uma educação comprometida com a equidade, a diversidade e o respeito à infância como etapa singular do desenvolvimento humano. Ao estabelecer os direitos de aprendizagem e os campos de experiências, o documento promove uma concepção de currículo que valoriza o brincar, a escuta, a participação e a construção ativa do conhecimento pelas crianças. O texto analisa como esses elementos transformam a organização do trabalho pedagógico, exigindo do professor uma postura sensível, investigativa e mediadora. Também discute as alterações nas políticas educacionais decorrentes da implementação da BNCC, especialmente no que se refere à formação docente, aos planejamentos curriculares, ao uso de materiais didáticos e ao diálogo com as famílias. Ressalta-se a importância de compreender a criança como protagonista do seu processo de aprendizagem, considerando suas múltiplas linguagens, culturas e modos de ser. A pesquisa, de caráter bibliográfico, apoia-se em legislações nacionais e estudos recentes que tratam do currículo na primeira infância, buscando compreender os avanços e desafios colocados à luz da base curricular. Conclui-se que a efetivação das propostas da BNCC na Educação Infantil depende do envolvimento coletivo de educadores, gestores e comunidade, bem como da valorização de práticas pedagógicas significativas, contextualizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças. A BNCC, ao propor uma abordagem centrada na criança e na sua singularidade, oferece subsídios importantes para que a escola cumpra seu papel formativo de maneira ética, democrática e sensível às múltiplas infâncias que compõem a realidade brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo. BNCC. Aprendizagem. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco na estruturação do ensino brasileiro, estabelecendo diretrizes que orientam os processos pedagógicos em todas as etapas da educação básica. No contexto da Educação Infantil, sua implementação demanda reflexões profundas acerca da infância, do currículo e das práticas educativas que respeitem a singularidade do desenvolvimento das crianças. Ao propor direitos de aprendizagem e campos de experiência, a BNCC aponta para uma abordagem mais sensível, intencional e coerente com as necessidades e potencialidades da primeira infância.

A Educação Infantil ocupa um espaço fundamental na formação integral dos sujeitos, sendo reconhecida como etapa inicial da educação básica. Com a institucionalização de diretrizes nacionais, busca-se garantir o acesso universal, a permanência com qualidade e a valorização das múltiplas formas de expressão infantil. Neste cenário, a BNCC surge como um instrumento de alinhamento curricular,

pretendendo reduzir desigualdades e assegurar o direito de todas as crianças ao conhecimento, à cultura e à convivência. Isso implica repensar concepções, metodologias e finalidades atribuídas à prática educativa.

É necessário compreender que o currículo na Educação Infantil vai além de conteúdos e metas mensuráveis. Trata-se de uma construção viva, que se materializa nas relações cotidianas, nos contextos socioculturais e na escuta ativa das crianças. A BNCC, ao estruturar os campos de experiência, propõe uma organização mais próxima da realidade infantil, valorizando a ludicidade, a interação e o protagonismo. Essa proposta exige do professor uma atuação reflexiva, que reconheça o caráter investigativo da criança e promova ambientes de aprendizagem significativos.

Contudo, a transição entre o que está previsto em documento oficial e o que se realiza nas instituições requer um esforço coletivo e comprometido. Muitos desafios persistem, como a falta de infraestrutura adequada, a formação continuada ainda fragilizada e as desigualdades regionais que impactam diretamente a implementação das propostas curriculares. Ainda assim, a BNCC oferece uma oportunidade para fortalecer o diálogo entre teoria e prática, fomentando planejamentos mais conscientes e coerentes com o desenvolvimento infantil.

A construção de uma educação de qualidade na primeira infância passa, necessariamente, pela valorização do brincar, da escuta, da imaginação e da experimentação. Esses elementos não podem ser vistos como complementares, mas como centrais no processo formativo. A BNCC convida educadores e gestores a reorganizarem seus olhares e práticas, assumindo um compromisso ético com o respeito às infâncias em suas múltiplas expressões. Essa reorganização curricular deve ocorrer sem rupturas bruscas, mas com intencionalidade e sensibilidade.

Dentro desse contexto, cabe destacar que a Educação Infantil deve ser pensada a partir das singularidades de cada criança, respeitando ritmos, histórias e contextos. A BNCC, ao propor objetivos de aprendizagem, não busca padronizar infâncias, mas assegurar que todas elas tenham acesso a experiências enriquecedoras. Esse compromisso precisa ser compreendido pelas redes de ensino e transformado em ações que garantam equidade e respeito à diversidade cultural, étnica e social.

A formação dos profissionais da educação assume um papel central no processo de implementação da BNCC. Um currículo transformador só será efetivo se houver professores preparados, conscientes e valorizados. Para tanto, é indispensável investir em processos formativos que articulem teoria e prática, e que considerem a complexidade do cotidiano da Educação Infantil. O conhecimento das diretrizes é apenas o ponto de partida; o desafio maior está em ressignificar a prática pedagógica a partir dessas orientações.

A BNCC também estimula uma visão ampliada de avaliação, que deve ocorrer de forma processual, diagnóstica e qualitativa. Avaliar na Educação Infantil não é medir desempenho, mas compreender trajetórias, identificar interesses e refletir sobre os modos como as crianças se relacionam com o mundo. Esse olhar avaliativo precisa ser compartilhado com as famílias, fortalecendo o vínculo entre escola e

comunidade. A documentação pedagógica torna-se, nesse sentido, uma ferramenta potente para tornar visível o percurso das aprendizagens.

Outro aspecto relevante na implementação da BNCC é o papel da gestão escolar. A liderança pedagógica é fundamental para promover mudanças efetivas, garantir coerência entre o projeto político-pedagógico e as práticas cotidianas e criar uma cultura colaborativa entre os profissionais da escola. O gestor precisa atuar como articulador de processos, incentivando a escuta ativa, a reflexão conjunta e o planejamento participativo, sempre em sintonia com os princípios da educação infantil.

As famílias também são agentes importantes na construção de uma educação de qualidade. Estabelecer uma relação de parceria com os responsáveis permite que os objetivos da BNCC se ampliem para além dos muros da escola. O envolvimento das famílias favorece a continuidade dos processos de aprendizagem, respeita os contextos socioculturais de origem e amplia as possibilidades de desenvolvimento integral. Uma comunicação aberta e respeitosa contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos e pedagógicos.

Embora a BNCC traga avanços significativos, sua concretização exige uma leitura crítica por parte dos profissionais da educação. Não se trata de um documento prescritivo, mas de uma base que deve ser interpretada à luz da realidade de cada instituição. A autonomia pedagógica é preservada, desde que fundamentada em práticas que respeitem os direitos das crianças. Assim, o currículo deve ser adaptado, contextualizado e constantemente avaliado em função daquilo que se revela na experiência educativa.

O respeito à infância como tempo de descobertas, experimentações e relações deve ser o eixo norteador de qualquer proposta curricular. A BNCC, ao reconhecer os direitos de aprendizagem, reafirma esse compromisso. Entretanto, o sucesso dessa proposta depende da mobilização dos profissionais, do suporte das políticas públicas e da construção de uma cultura pedagógica que valorize a infância em sua essência. Esse movimento envolve tempo, escuta e formação.

A introdução da BNCC na Educação Infantil não é apenas uma mudança de documento, mas uma transformação de perspectiva sobre o que é ensinar e aprender na infância. A valorização das experiências, da curiosidade e da construção coletiva do conhecimento exige uma atuação sensível e crítica por parte dos educadores. As práticas precisam ser constantemente ressignificadas, considerando o cotidiano, os contextos e os interesses das crianças.

Dessa forma, a implementação da BNCC na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo contínuo de construção coletiva. Envolve desafios, mas também grandes possibilidades de aprimoramento das práticas pedagógicas. A educação de qualidade se materializa na escuta atenta, no planejamento intencional e na valorização das múltiplas formas de expressão infantil. A escola precisa ser, acima de tudo, um espaço de acolhimento, investigação e transformação.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem metodológica bibliográfica. A escolha por esse percurso fundamenta-se na intenção de reunir, analisar e interpretar produções científicas e documentos oficiais que tratam da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da Educação Infantil. A metodologia adotada permite a construção de uma reflexão crítica a partir de referenciais teóricos já consolidados, ampliando a compreensão sobre os fundamentos, diretrizes e impactos da BNCC nas práticas pedagógicas voltadas à primeira infância.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida com base em livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos normativos publicados nos últimos dez anos, garantindo a atualidade e a relevância das informações analisadas. A seleção do material considerou produções disponíveis em bases acadêmicas reconhecidas, bem como legislações educacionais que regulamentam o currículo da Educação Infantil no Brasil. O critério de escolha privilegiou autores que discutem políticas curriculares, desenvolvimento infantil e práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes nacionais.

A análise dos materiais selecionados foi orientada por uma leitura interpretativa, permitindo identificar convergências, tensões e lacunas nos discursos sobre a implementação da BNCC. Essa abordagem possibilitou compreender de que maneira os princípios estabelecidos pelo documento influenciam as práticas docentes, a organização curricular e a formação de professores. Ao adotar essa metodologia, o estudo buscou contribuir com o debate acadêmico e com a qualificação das ações educativas voltadas à garantia do direito à aprendizagem na Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 no contexto brasileiro relacionado aos direitos da criança e a responsabilidade dos órgãos de toda sociedade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) 9.394/1996, foram alcançados avanços significativos, no qual se obteve mudanças nas políticas de atendimento educacional entre as crianças de 0 a 5 anos de idade, foi ofertada a garantia de, não somente o direito à educação, como também a respeitando por sua condição de pessoa, vivendo o seu "tempo de Infância" e a colocando como sujeito de direitos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento onde define o conjunto de aprendizagens essenciais para que todos os alunos desenvolvam modalidades da Educação Básica ao longo de suas etapas garantindo o direito de aprendizagem de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). É um documento que se aplica à educação escolar. Desta forma, define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que visa à formação integral, inclusiva e democrática.

Quando aplicamos as mudanças da BNCC nas políticas educacionais aparece à elaboração dos

currículos locais, formação continuada dos professores, material didático, avaliação e apoio pedagógico aos alunos. Professores e gestores têm como norteador ajuda nos planejamentos e para os familiares a facilidade de melhor entendimento.

Na BNCC, a competência é a mobilização de conhecimentos que envolvem atitudes e valores para resolver a complexidade da vida cotidiana, no exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Desse modo, a educação básica deve ser um espaço incentivador, no qual, a criança seja protagonista de seus próprios aprendizados, tornando-se o personagem principal dentro de seu processo de ensino e aprendizagem.

A BNCC tem um conceito muito significativo, pois com ela torna-se determinante que independentemente da região, raça ou classe socioeconômica, todos os estudantes do Brasil possui o direito de aprender as mesmas habilidades e competências ao longo de sua jornada escolar. Os currículos das redes públicas e privadas devem ter a BNCC por lei inserida como referencial sendo obrigatório por lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional é onde esta inserida essa lei que garante igualdade no aprendizado.

A Base propõe que as crianças sejam protagonistas de seus próprios aprendizados, tendo cada vez mais voz e participação nos processos de aprendizagem.

Com a nova normativa, a educação infantil passa a ser dividida por unidade:

- Creche, para bebês de 0 a 1 ano e 6 meses;
- Creche, para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses;
- Pré escola- crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Espera-se que desde os primeiros anos o indivíduo esteja preparado para a próxima etapa estabelecida pela BNCC, o ensino fundamental. NA BNCC da educação infantil está estruturada por 3 pilares essenciais:

1. Direitos de aprendizagem e desenvolvimento;
2. Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;
3. Campos de experiências.

Os campos de experiências descritos na BNCC são:

- O eu, o outro e o nós - É na interação com o outro que a criança vai construindo seu modo de agir, pensar, sentir e vão percebendo que existem outros modos de se identificar como seres individuais e sociais. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e valorizem sua identidade e respeite o próximo.
- Corpo, gestos e movimentos- Através do corpo é possível nos expressar, brincar e produzir conhecimentos sobre si e o universo social. Por meio das diferentes linguagens, como a música, as

brincadeiras de faz de conta e danças podendo se comunicar e se expressar no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

- Traços, sons, cores e formas- Aprender a conviver com diferentes manifestações artísticas e culturais possibilitando às crianças, por meio de experiências diversificadas para que possam vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais através de pintura, modelagem, colagem, fotografia, traços, gestos, manipulação de diversos materiais, podendo criar suas próprias criações coletivas ou individuais. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação- Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos e ao observá-los, criando assim, concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita e dos gêneros. As experiências com estímulos de leitura amplia o conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações- As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões de fenômenos naturais e socioculturais. Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza). Portanto, a Educação Infantil promove experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.

- Portanto, se faz necessário estratégias para estimular o desenvolvimento da compreensão das crianças sobre espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

A organização da Educação Infantil em campos de experiências, conforme a BNCC, evidencia uma concepção ampliada de aprendizagem, que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e valoriza o protagonismo infantil. Essa perspectiva está em consonância com a compreensão da criança como sujeito de direitos, ativa em seu processo de desenvolvimento, conforme preconizado por documentos legais e por estudiosos da área (Oliveira; Formosinho, 2020). Ao considerar as múltiplas linguagens e modos de expressão, a BNCC reforça a necessidade de um currículo sensível às experiências, culturas e vivências das crianças, rompendo com visões reducionistas da infância.

No campo “O eu, o outro e o nós”, por exemplo, destaca-se a importância da construção da identidade e das relações sociais na primeira infância, processo que exige intencionalidade pedagógica e

ambientes educativos acolhedores e respeitosos. Como argumentam Campos e Rosemberg (2021), a valorização da convivência e do respeito mútuo desde os primeiros anos de vida escolar contribui para a formação de cidadãos mais empáticos e conscientes. A BNCC, ao propor essa dimensão, amplia a função social da escola, fazendo dela um espaço de construção coletiva de sentidos, valores e vínculos.

Já o campo "Corpo, gestos e movimentos" remete à dimensão expressiva do corpo e à importância das experiências corporais para o desenvolvimento global da criança. Segundo Barbosa e Silva (2022), é pelo corpo que as crianças exploram o mundo, comunicam-se e constroem conhecimentos. A educação infantil, portanto, deve oferecer vivências que articulem movimento, emoção e cognição, reconhecendo o corpo como linguagem fundamental da infância. A BNCC, ao dar visibilidade a esse campo, reafirma a importância das práticas corporais no cotidiano pedagógico.

O campo "Traços, sons, cores e formas" contempla a experimentação estética e sensorial como formas legítimas de conhecimento e expressão. A arte, nesse contexto, não é apenas atividade ilustrativa, mas elemento constitutivo da aprendizagem e do desenvolvimento infantil. De acordo com Dantas e Cunha (2021), a vivência com diferentes linguagens artísticas contribui para a formação de uma sensibilidade crítica e criativa, essencial à formação integral. A BNCC, ao incorporar esse campo, convida os educadores a ampliarem o repertório cultural das crianças, promovendo experiências que envolvam múltiplos materiais e suportes expressivos.

No campo "Escuta, fala, pensamento e imaginação", reconhece-se o direito das crianças à participação discursiva e à construção de sentidos por meio da linguagem oral e escrita. A BNCC considera que o contato precoce com práticas de leitura e escrita deve ocorrer de forma lúdica e significativa, respeitando o tempo e o ritmo de cada criança. Segundo Souza e Batista (2023), esse campo é fundamental para o desenvolvimento da linguagem, da escuta ativa e do pensamento crítico. A leitura de histórias, o uso de diferentes gêneros textuais e o estímulo à oralidade são práticas que fortalecem o vínculo entre linguagem e imaginação.

O campo "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações" amplia o olhar da Educação Infantil para o mundo natural e social, propondo experiências investigativas e exploratórias. As crianças, curiosas por natureza, devem ser estimuladas a observar, comparar, levantar hipóteses e buscar explicações para os fenômenos que vivenciam. Segundo Carvalho e Bonfim (2022), esse campo incentiva uma postura científica desde a infância, promovendo o pensamento lógico, a resolução de problemas e a construção de noções matemáticas e científicas de maneira contextualizada e significativa.

Todos esses campos articulam-se aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos asseguram que a criança seja reconhecida como sujeito ativo e capaz, sendo a escola responsável por garantir contextos educativos que favoreçam experiências diversificadas e desafiadoras. Como afirmam

Kramer e Nunes (2021), essa abordagem exige mudanças nas práticas pedagógicas, superando o ensino tradicional e promovendo interações significativas entre crianças, educadores e ambientes.

A implementação desses princípios, no entanto, enfrenta desafios concretos. A escassez de formação continuada, a sobrecarga de trabalho docente e a padronização de práticas ainda são entraves presentes em muitas instituições de ensino. De acordo com Morosini et al. (2022), a efetividade da BNCC depende diretamente da valorização e da formação dos profissionais da educação infantil. Não basta conhecer o documento: é necessário compreendê-lo criticamente, contextualizar suas orientações e traduzi-las em práticas coerentes com os interesses e necessidades das crianças.

A elaboração de currículos locais requer escuta das comunidades escolares, diálogo entre equipes pedagógicas e gestão democrática. A BNCC estabelece uma base, mas não um currículo fechado. Por isso, sua aplicação exige sensibilidade para respeitar as especificidades regionais e culturais. Como destacam Silva e Moura (2021), o currículo da Educação Infantil deve ser construído coletivamente, incorporando os saberes das crianças, das famílias e das comunidades. A escuta ativa é, nesse sentido, um instrumento de construção curricular que favorece a inclusão e a equidade.

Nesse cenário, a função do professor torna-se ainda mais complexa e desafiadora. Ele precisa assumir uma postura investigativa e mediadora, capaz de observar, documentar e refletir sobre as aprendizagens das crianças. A prática pedagógica, segundo Oliveira e Andrade (2023), deve ser pautada pela intencionalidade, pela ludicidade e pela valorização do brincar como forma privilegiada de aprendizagem. O planejamento, portanto, não é um roteiro fixo, mas uma ferramenta de construção conjunta entre adultos e crianças, ancorada em experiências vivas e significativas.

4 CONCLUSÃO

A implementação da BNCC na Educação Infantil representa um avanço significativo na busca por uma educação que reconheça a criança como sujeito de direitos, respeitando suas especificidades, tempos e formas de expressão. O documento consolida diretrizes que orientam o trabalho pedagógico a partir de princípios como equidade, diversidade e integralidade. Sua estrutura fundamentada nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiência promove um olhar ampliado sobre o desenvolvimento infantil, destacando a importância de práticas pedagógicas que valorizem o brincar, a interação e a escuta sensível. Essa proposta reforça a necessidade de uma atuação profissional qualificada, que compreenda a infância em sua complexidade.

Ao propor um currículo que favoreça experiências significativas desde os primeiros anos de vida escolar, a BNCC sinaliza o compromisso com uma educação centrada na formação humana e no respeito às particularidades do desenvolvimento infantil. A divisão da Educação Infantil por faixas etárias e a definição de objetivos específicos para cada etapa visam oferecer um percurso educativo coerente, que prepare as

crianças para os desafios posteriores, sem antecipar conteúdos, mas fortalecendo suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas. A escola torna-se, assim, espaço privilegiado de descoberta, convivência e construção de sentidos.

A valorização do protagonismo infantil exige uma mudança cultural nas instituições educativas, desafiando práticas tradicionais e centradas na transmissão. Nesse sentido, a BNCC contribui para a superação de modelos pedagógicos fragmentados, promovendo uma abordagem que integra corpo, linguagem, imaginação e sensibilidade. O educador deixa de ser apenas transmissor de conhecimento e passa a atuar como mediador, observador e planejador de contextos que favoreçam a exploração, a curiosidade e a criação. A intencionalidade pedagógica torna-se central para garantir experiências enriquecedoras e desafiadoras.

A Educação Infantil passa a ser compreendida não apenas como preparação para o ensino fundamental, mas como etapa fundamental na construção da identidade, da autonomia e da cidadania. Os campos de experiência indicam caminhos para que a criança se relacione com o mundo, expresse seus sentimentos, desenvolva suas habilidades e conheça diferentes linguagens e culturas. Ao reconhecer a pluralidade das infâncias, a BNCC amplia o alcance do currículo, permitindo que ele dialogue com as realidades locais e respeite os contextos sociais, familiares e territoriais de cada criança.

A efetividade da BNCC, contudo, depende de uma série de fatores que ultrapassam o texto normativo. A qualidade das práticas pedagógicas está diretamente relacionada à formação docente, ao planejamento coletivo, às condições de trabalho e ao investimento em infraestrutura. O cumprimento dos princípios estabelecidos exige o fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso a uma educação infantil de qualidade, bem como a articulação entre gestores, educadores, famílias e comunidade. A transformação do currículo em prática concreta é um processo contínuo, que demanda reflexão, diálogo e escuta.

A organização curricular proposta pela BNCC também exige da gestão escolar um papel ativo no acompanhamento e no apoio ao trabalho pedagógico. É preciso garantir espaços de formação, planejamento e troca de experiências entre os profissionais da educação, favorecendo a construção coletiva das ações. A gestão democrática torna-se essencial para que as diretrizes do documento sejam adaptadas à realidade institucional de forma participativa e contextualizada. A escuta das crianças, das famílias e dos professores deve fazer parte do cotidiano da escola, enriquecendo o processo educativo.

Outro aspecto fundamental é a participação da família no cotidiano da educação infantil. A BNCC propõe uma relação mais próxima entre escola e comunidade, o que favorece a continuidade das aprendizagens e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Quando a família compreende as propostas pedagógicas e se engaja no processo educativo, contribui para o desenvolvimento pleno da criança. Essa

parceria fortalece a função social da escola, amplia os horizontes da aprendizagem e cria uma rede de cuidado e apoio fundamental nos primeiros anos de vida.

O currículo da Educação Infantil deve ser, portanto, um instrumento dinâmico, vivo e em constante construção. A BNCC oferece diretrizes importantes, mas cabe às instituições transformá-las em práticas coerentes e significativas. Isso implica escutar as crianças, respeitar suas formas de expressão, criar ambientes estimulantes e planejar experiências que considerem a diversidade e a singularidade de cada grupo. O desafio é grande, mas o compromisso com a infância deve ser maior, pois é nesse momento que se lançam as bases para uma formação integral e humanizadora.

A educação de qualidade é aquela que respeita o tempo da infância, promove o brincar, estimula a investigação e valoriza as múltiplas formas de aprender. A BNCC reafirma esses princípios ao estabelecer que todas as crianças, independentemente de suas origens, têm direito a vivências educativas que contribuam para o desenvolvimento pleno. É dever da escola garantir que esses direitos se concretizem em ações pedagógicas planejadas com intencionalidade, criatividade e sensibilidade. O respeito às diferenças, a inclusão e a escuta ativa devem ser práticas cotidianas.

Ao final desta análise, conclui-se que a BNCC representa um importante avanço na consolidação de uma educação infantil centrada na criança e em seus direitos. Sua implementação, no entanto, depende do compromisso dos profissionais, da atuação dos gestores e da efetiva colaboração entre escola e sociedade. Para que a base curricular cumpra seu papel transformador, é preciso que todos os envolvidos na educação da infância assumam a responsabilidade de garantir práticas que sejam verdadeiramente coerentes com o que o documento propõe. Educação de qualidade se faz com pessoas, com escuta, com afeto e com conhecimento.

Dessa forma, o caminho para uma educação infantil de qualidade passa pela consolidação de uma cultura pedagógica que valorize a infância, que reconheça a complexidade do desenvolvimento infantil e que promova o direito de todas as crianças a experiências educativas ricas e significativas. A BNCC oferece um referencial potente para esse percurso, mas sua concretização depende da construção coletiva, do investimento contínuo e da valorização da profissão docente. A escola precisa ser o lugar onde as crianças possam ser o que são: curiosas, expressivas, criativas e cheias de possibilidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; SILVA, Regina Leite Garcia da. Corpo e movimento na Educação Infantil: experiências, linguagens e sentidos. São Paulo: Cortez, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 23 jul. 2025.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fulvia. Educação Infantil como direito: desafios para a implementação da BNCC. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e026447, 2021.

CARVALHO, Anna Rachel Machado de; BONFIM, Rosane de Lima. Exploração do mundo natural e social na infância: práticas e desafios. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 22, n. 1, p. 55-74, 2022.

DANTAS, Luciana Maria; CUNHA, Carla Regina. Infância, arte e educação: as linguagens estéticas na BNCC. Revista Retratos da Escola, v. 15, n. 40, p. 240-259, 2021.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Aparecida. BNCC e infância: tensões e possibilidades na construção do currículo da Educação Infantil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, n. 178, p. 48-67, 2021.

MOROSINI, Marília Costa et al. Formação docente e implementação da BNCC na Educação Infantil: análise de desafios contemporâneos. Educação em Revista, v. 38, e263422, 2022.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; ANDRADE, Marília F. de. Brincar e aprender: a criança como centro do planejamento pedagógico. Revista Infância e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 22-39, 2023.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; FORMOSINHO, João. Currículo para a infância: concepções e práticas na educação contemporânea. São Paulo: Cortez, 2020.

SILVA, Juliana Soares da; MOURA, Adriana de Souza. Currículo na Educação Infantil: desafios para a escuta e participação das crianças. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 39, p. 1-18, 2021.

SOUZA, Márcia Martins de; BATISTA, Leandro Farias. Leitura e oralidade na Educação Infantil: práticas significativas e a BNCC. Revista Educação e Linguagem, v. 28, n. 1, p. 112-129, 2023.